ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA "FÉ E CARIDADE"

- REGIMENTO INTERNO -

Aprovado pela Assembléia Geral em 30 / 09 / 04

Substituído em 25 de outubro de 2004 o termo "sócio" por "associado", nas folhas 2 a 5, para atender exigências do Cartório de Registro de Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Florianópolis/SC, quando do registro do Estatuto Social.

Alteração aprovada pela Assembléia Geral em 19/12/06

Em 19 de dezembro de 2005:

Alterados: a)- o Capítulo IV, Seção IV, Artigo 17º, parágrafo Único, acrescentado o item V = "V - Departamento de Patrimônio (DPM)"; b)- o Capítulo IV, Seção III, Artigo 15º, item IV = "documentar e controlar todos os bens móveis e imóveis > esse item foi passado à atribuição do Departamento de Patrimônio, em 19/12/2005". c)- Acrescentado no Capítulo VI, o Artigo 26º o qual trata da criação do Departamento de Patrimônio.

ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA "FÉ E CARIDADE"

- REGIMENTO INTERNO -

ÍNDICE			PÁGINA
1	CAPÍTULO I	SEDE	3
2	CAPÍTULO II	DIRETRIZES GERAIS	3
3	CAPÍTULO III	DOS DEVERES DOS ASSOCIADOS EFETIVOS	3
4	CAPÍTULO IV	DA ASSEMBLÉIA GERAL, DO CONSELHO FISCAL, DA DIRETORIA, DOS DIRETORES E DOS DEPARTAMENTOS	4
	<i>SEÇÃO I</i>	<i>Da Assembléia Geral e suas responsabilidades</i>	4
	<i>SEÇÃO II</i>	<i>Do Conselho Fiscal e suas responsabilidades</i>	4
	<i>SEÇÃO III</i>	<i>Da Diretoria, dos Diretores e suas responsabilidades</i> <i>Ateração em 19/12/2005</i>	4
	<i>SEÇÃO IV</i>	<i>Dos Departamentos</i> <i>Alteração em 19/12/2005</i>	6
5	CAPÍTULO V	DOS DIRIGENTES E PARTICIPANTES DE GRUPOS DE TRABALHOS	7
6	CAPÍTULO VI	DISPOSIÇÕES GERAIS <i>Alteração em 19/12/2005</i>	8

ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA "FÉ E CARIDADE"

- REGIMENTO INTERNO -

CAPÍTULO I SEDE

Artigo 1º - A ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA FÉ E CARIDADE, com as finalidades estabelecidas no ESTATUTO SOCIAL, neste documento designada Associação, tem sua sede na Rua Fernando Machado 245, Centro da cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO II DIRETRIZES GERAIS

Artigo 2º - Para a consecução dos objetivos e fins a que se propõe, a Associação adota as seguintes diretrizes gerais:

I – Todos os trabalhos deverão ter 1 (um) dirigente e mais 1 (um) ou 2 (dois) auxiliares, visando a melhoria do planejamento, a divisão de tarefas, substituições nos impedimentos e formação de novos dirigentes.

II – Todos os trabalhos deverão ser abertos com leitura de uma página do Evangelho Segundo o Espiritismo, como preparação dos trabalhos e contribuição à evangelização de todos os participantes;

III – Após a leitura de mensagem evangélica, deverá ser feita uma prece de abertura dos trabalhos; no final deverá ser feita uma prece de encerramento.

IV – Todos os trabalhos deverão ter um tempo para estudo da Doutrina Espírita, em especial da Codificação proposta por Allan Kardec.

CAPÍTULO III DOS DEVERES DOS ASSOCIADOS EFETIVOS

Artigo 3º - De conformidade com o artigo 7º do Estatuto Social, o associado efetivo deverá contribuir mensalmente com uma quantia financeira, a seu critério, para manutenção da Associação e a consecução de suas finalidades.

Parágrafo Único - A contribuição deverá ser feita de acordo com critérios estabelecidos (depósito direto no Banco e Conta da Associação, débito automático em conta de luz, outros critérios) pela Diretoria.

CAPÍTULO IV
DA ASSEMBLÉIA GERAL, DO CONSELHO FISCAL, DA DIRETORIA, DOS
DIRETORES E DOS DEPARTAMENTOS

SEÇÃO I
Da Assembléia Geral e suas responsabilidades

Art. 4º - A presidência da Assembléia recairá sempre na presidência da Associação, ou seu substituto legal, ou associado designado pela Assembléia quando se tratar de julgamento de atos do Presidente ou da Diretoria.

Art. 5º - Para cargos eletivos só serão registradas candidaturas de associados efetivos com o mínimo de 3 (três) anos de serviços prestados à Associação.

Art. 6º - Para a instalação da Assembléia Geral, apurada a presença de um número legal, o Presidente da Associação ou o seu substituto dará início aos trabalhos, presidindo-os, ressalvando os casos dispostos no artigo 11º, parágrafo 5º, inciso VII do Estatuto Social, oportunidade que passará a direção ao presidente escolhido pelo plenário.

SEÇÃO II
Do Conselho Fiscal e suas responsabilidades

Art 7º - Em sua primeira reunião o Conselho Fiscal escolherá, dentre os seus membros, o presidente.

Art. 8º - É da competência do Conselho Fiscal emitir parecer sobre os atos da Diretoria, nunca antes de ter procedido a exames de documentos e livros competentes.

I - emitir pareceres, por escrito, em qualquer matéria relacionada com o setor financeiro da Associação; e

II - dar parecer à prestação de contas da Diretoria, bem como quaisquer outros demonstrativos e relatórios emitidos na Administração da Associação, encaminhando-os à Assembléia Geral.

SEÇÃO III
Da Diretoria, dos Diretores e suas responsabilidades

Artigo 9º – A Associação será administrada por uma Diretoria Executiva, composta de:

I – Presidente;

II – Vice-Presidente;

III – Secretário;

IV – Tesoureiro

Artigo 10º - São atribuições da Diretoria:

- a) Administrar a Associação, zelar pela fiel observância do Estatuto Social, do Regimento Interno e de todas as normas e regulamentos;
- b) Reunir-se ordinariamente sempre que convocada pelo Presidente;
- c) Deliberar pela maioria dos seus membros;
- d) De conformidade com o Estatuto Social, comunicar aos associados efetivos designações de Diretores em caso de impedimentos temporários;
- e) Desenvolver o programa anual de Atividades da Associação;

- f) Criar, modificar ou extinguir Departamentos e grupos de estudos, respeitado o Estatuto Social, visando atender às finalidades da Associação e/ou ajustar o quadro de trabalhadores;
- g) Estabelecer diretrizes, normas e regulamentos, que visem aperfeiçoar os trabalhos da Associação, compatíveis com as orientações do Estatuto Social e este Regimento Interno;
- h) Resolver casos omissos de sua alçada;
- i) Examinar as contas da Tesouraria especificadas em balancetes mensais;
- j) Zelar pela conservação da Sede da Associação;
- m) Criar Departamentos, após aprovação da Assembléia Geral, Grupos de Trabalhos e empossar os respectivos Diretores e Dirigentes;
- n) Aprovar os regulamentos de seus Departamentos e grupos de trabalho;
- o) Deliberar sobre a admissão e desligamento de associados efetivos;
- p) Resolver sobre filiação, adesão e contribuição a entidade(s) espírita(s);
- q) Pronunciar-se sobre assuntos submetidos à sua consideração;
- r) Comemorar o aniversário (05 de agosto ou data próxima) de fundação da Associação, preferencialmente em dia de reunião doutrinária;
- s) Promover encontros de confraternização dos trabalhadores e colaboradores, visando fortalecer a integração, a interação, a motivação e o comprometimento de todos aqueles envolvidos, direta ou indiretamente, com a Associação.

Art. 11º - O membro da Diretoria que faltar, sem motivo justificado a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas, poderá ter seu mandato cassado.

Art. 12º - Em caso de vaga, por qualquer motivo, a mesma deverá ser preenchida dentro de 15 (quinze) dias, em Assembléia Geral convocada pelo Presidente.

Art. 13º - Compete ao Presidente:

- I - Cumprir e fazer cumprir os Estatutos, o Regime Interno, as Normas e os Regulamentos;
- II - Representar a Associação em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, providenciando a sua defesa por profissional da área jurídica, se for o caso;
- III - Administrar a Associação;
- IV - Convocar e dirigir todas as reuniões da Diretoria e das Assembléias Gerais, cuja convocação for de sua competência, ressalvados os direitos de convocação pelos associados efetivos ou demais membros da Diretoria, conforme expresso no artigo 13º do Estatuto Social;
- V - Supervisionar as atividades de todos os demais Diretores e Departamentos;
- VI - Assinar todos os documentos públicos, particulares e os atos necessários ao funcionamento da Associação;
- VII - Assinar, juntamente com o Secretário, todas as correspondências internas e externas da Associação;
- VIII - Assinar com o Tesoureiro todos os documentos referentes a finanças e a movimentação da conta bancária;
- IX - Autorizar despesas necessárias à manutenção do patrimônio e ao cumprimento das finalidades da Associação;
- X - Apresentar, anualmente, completo relatório das atividades da Associação;
- XI - Representar a Associação nos Conselhos Federativos Estaduais e Regionais e em solenidades externas para as quais seja necessária sua participação;
- XII - Dar voto de desempate nas reuniões da Associação, seja nas da Diretoria ou nas Assembléias Gerais.
- XIII - Designar ou dispensar Diretor de Departamento, submetendo essas deliberações à homologação da Diretoria;

XIV- Substituir o tesoureiro em suas faltas e impedimentos;

Artigo 14º – Compete ao Vice-Presidente:

I – Substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos, cabendo-lhe, neste caso, cumulativamente, as atribuições do cargo deste com as de seu cargo;

II – Incumbir-se das tarefas atribuídas pelo Presidente;

III – Prestar eficiente colaboração para o melhor desempenho dos Departamentos.

Artigo 15º – Compete ao Secretário:

I – Substituir o Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos;

II – organizar e manter atualizada a documentação, as correspondências e a relação de sócios efetivos;

III – redigir as atas das reuniões da Diretoria e das Assembléias Gerais;

IV – documentar e controlar todos os bens móveis e imóveis – esse item foi passado à atribuição do Departamento de Patrimônio, em 19 de dezembro de 2005;

V– encarregar-se dos serviços administrativos da Secretaria e do encaminhamento e andamento dos documentos sob a incumbência da mesma.

Artigo 16º – Compete ao Tesoureiro:

I – Substituir o Secretário em suas faltas e impedimentos;

II – arrecadar receitas e promover o depósito bancário de valores, efetuando os pagamentos autorizados pelo Presidente;

III – emitir e endossar cheques e efetuar saques bancários juntamente com o Presidente;

IV – fazer balancete mensal das atividades financeiras e o balanço anual da Associação, afixando-os em lugar visível, para conhecimento dos sócios efetivos.

SEÇÃO IV Dos Departamentos

Artigo 17º – A Associação para desenvolvimento de suas atividades, constituirá Departamentos, na forma prevista neste Regimento Interno.

Parágrafo Único: Os Departamentos no que se refere a este Regimento Interno, são:

I – Departamento de Divulgação (DDI);

II- Departamento de Infância e Juventude (DIJ);

III – Departamento Mediúnico (DME);

IV – Departamento de Serviço Assistencial Espírita (DSA);

V - Departamento de Patrimônio (DPM), criado na Assembléia Geral de 19/12/2005.

Artigo 18º - Poderá também a Associação, por proposta da Diretoria à Assembléia Geral, criar outros Departamentos cujas atividades sejam relevantes para cumprimento de suas finalidades.

Artigo 19º - Somente poderão exercer atividades os órgãos ou Departamentos que tiverem seus regulamentos aprovados pela Diretoria da Associação.

CAPÍTULO V DOS DIRIGENTES E PARTICIPANTES DE GRUPOS DE TRABALHOS

Artigo 20º - Requer-se dos seus integrantes os requisitos mínimos a seguir relacionados:

- a) Diretores da Instituição: Ter freqüentado Grupos de Estudo Sistematizado e de Estudo da Mediunidade, participado de trabalho(s) na instituição e conhecer o funcionamento de todos os trabalhos desenvolvidos pela mesma.
- b) Diretores de Departamentos: Ter freqüentado Grupos de Estudo Sistematizado e de Estudo da Mediunidade, conhecer o funcionamento de todos os trabalhos da Instituição e ter participado de trabalhos específicos da sua área de atuação.
- c) Dirigentes ou Suplentes de Grupos de Estudos: Ter freqüentado Grupos de Estudo Sistematizado e de Estudo da Mediunidade e participado em trabalho(s) na instituição.
- d) Dirigentes ou Suplentes de Grupos Mediúnicos: Ter freqüentado Grupos de Estudo Sistematizado e de Estudo da Mediunidade, participado de algum trabalho mediúnico e ter conhecimento do funcionamento de todos os trabalhos mediúnicos da instituição.
- e) Participantes de grupos mediúnicos: Ter freqüentado Grupos de Estudo Sistematizado e de Estudo da Mediunidade.
- f) Passistas: Ter freqüentado Grupo de Estudo Sistematizado e Curso ou Orientação sobre passe.
- g) Palestrantes: Ter freqüentado Grupo de Estudo Sistematizado e Curso ou Orientação para expositores.
- h) Evangelizadores, Visitação a hospitais e Atividades Assistenciais: Ter freqüentado Grupo de Estudo Sistematizado.
- i) Entrevistadores: Ter freqüentado Grupos de Estudo Sistematizado e de Estudo da Mediunidade, Curso ou Orientação para Diálogo Fraternal, participado em trabalho(s) na instituição e conhecer o funcionamento das atividades desenvolvidas, em especial reuniões doutrinárias e trabalhos mediúnicos.

Parágrafo Único: Caso haja trabalhadores sem atender às diretrizes apresentadas, os dirigentes deverão estimular a participação nos devidos cursos.

Artigo 21º - Os dirigentes de Grupos de Estudo Sistematizado e de Estudo da Mediunidade deverão promover o maior nível de participação possível dos integrantes em atividades de sub-grupos, pesquisa, exposição, representação, etc, visando o desenvolvimento dos mesmos.

Artigo 22º - Na avaliação final, realizada em Grupos de Estudos (Sistematizado da Doutrina Espírita, Mediunidade, Jesus, Livro dos Espíritos e outros), visando o aproveitamento de participantes, os dirigentes devem considerar para cada componente do grupo, a freqüência, a participação e a contribuição nos estudos e nas atividades desenvolvidas ao longo de todo o curso. Deve-se evitar avaliar o grau do conhecimento adquirido, pois o objetivo dos grupos e da doutrina espírita não é de avaliar o conteúdo assimilado e estabelecer conceitos.

Artigo 23º - Os dirigentes devem identificar potencialidades, principalmente após o Estudo Sistematizado da Doutrina Espírita, para aproveitamento nos trabalhos da Associação, tais como, palestras, passes, evangelização, trabalhos assistenciais e outros que não exijam conhecimento e experiência de mediunidade.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 24º. - O presente Regimento Interno, após entrar em vigor, poderá a qualquer tempo ser reformado pela Assembléia Geral, obedecidas as normas estatutárias.

Artigo 25º.- O presente Regimento Interno foi aprovado em Assembléia Geral realizada no dia 30 de setembro de 2004, em concordância com o Estatuto Social, tendo efeito imediato, e levado ao conhecimento de todos os trabalhadores através do mural da Associação.

Artigo 26º. – O presente Regimento foi alterado no Parágrafo Único do seu Artigo 17º, (amparado pelo Artigo 18º do mesmo), para a criação do Departamento de Patrimônio, alteração esta aprovada em Assembléia Geral realizada no dia 19 de dezembro de 2005, em concordância com Estatuto Social, tendo efeito imediato, e levado ao conhecimento de todos os trabalhadores através do mural da Associação.

Parágrafo Único – O Departamento de Patrimônio (DPM) assume, entre suas atribuições, a responsabilidade sobre o item IV – documentar e controlar todos os bens móveis e imóveis – anteriormente vinculado às atribuições do Secretário.

Ivete Maria Hostim Rabello
Presidente